

DECRETO Nº 9780, DE 1º DE AGOSTO DE 2012.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER



O Prefeito de Itajaí, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 47, VII, e 57, I, "f", da **Lei Orgânica** do Município; e, considerando o disposto na Lei nº **5.193**, de 17 de outubro de 2008, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 1º de agosto de 2012.

JANDIR BELLINI
Prefeito de Itajaí

ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Procurador-Geral do Município

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ

Capítulo I DA INSTITUIÇÃO E SUAS FINALIDADES

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei nº **5.193** de 17/10/2008, com redação alterada pela Lei nº **5.605** de 08/10/2010, no uso de suas atribuições, composto paritariamente por representantes do Governo e da Sociedade Civil e vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social, reger-se-á pelo presente Regime Interno, na conformidade com a legislação vigente.

Capítulo II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itajaí, é órgão colegiado, constituído por representantes de órgãos Governamentais e não Governamentais indicadas pelas respectivas organizações, representadas por 01(um) membro Titular e 01(um) membro Suplente.

Parágrafo Único - As representantes indicadas a fazerem parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher serão preferencialmente do sexo feminino.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é dirigido por uma comissão diretora, que será composta por 01(uma) Presidenta, 01(uma) Vice-Presidenta, 01(uma) secretária e suplente, escolhidas por seus pares, em eleição e referendadas pelo Sr. (a) Prefeito (a) Municipal.

Parágrafo Único - As Conselheiras serão nomeadas a partir de decreto do poder executivo, que terão mandato de 2 (dois) anos com direito a recondução.

Capítulo III DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Presidenta ou em decorrência de requerimento subscrito, por no mínimo, 1/3 das Conselheiras.

I - As reuniões ordinárias serão convocadas mediante carta, enviada com antecedência, de no mínimo, 10(dez) dias, na qual deverá constar a pauta de assuntos a serem abordados. As reuniões extraordinárias deverão ter convocação de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por telefonema ou email.

II - As reuniões ordinárias serão realizadas com a periodicidade de no mínimo, uma a cada mês, obedecendo-se o calendário proposto e aprovado em reunião no início do mandato.

III - As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho. Em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer quórum.

IV - As deliberações, deverão ir a voto desde que estejam presentes mais de 1/3 das conselheiras.

V - Cada reunião será registrada em ata e ela será aberta com a leitura e apreciação da ata anterior.

VI - As conselheiras deverão receber cópia da ata de cada reunião.

VII - Em caso de falta ou impedimentos, as conselheiras deverão comunicar o fato, com antecedência à Presidenta, com justificativa e convocar sua suplente.

VIII - A ausência injustificada, às reuniões e atividades do Conselho por período igual ou superior a 3 (três) reuniões consecutivos, ou 5 (cinco) reuniões alternadas, implicará na perda do respectivo mandato e funções, assumindo em seu lugar o suplente.

IX - A critério da Presidenta, ou, por deliberação do Conselho, poderão participar das reuniões e debates, sem direito a voto, pessoas interessadas no movimento em prol dos direitos da mulher, que possam contribuir no esclarecimento das matérias em discussão.

Capítulo IV DAS ELEIÇÕES

Art. 5º As eleições deverão ocorrer a cada biênio, na segunda quinzena de Abril, e as conselheiras deverão ser empossadas na primeira quinzena do mês de maio pelo Executivo Municipal.

Art. 6º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - Antecipando a realização das eleições, a Presidenta do Conselho deverá solicitar às Instituições que compõem o Conselho, a indicação de titulares e suplentes que as representarão durante o biênio.

II - Publicar com 20(vinte) dias de antecedência, o prazo de inscrição das chapas à eleição da Diretoria do Conselho, em diário oficial.

III - Composto o novo Conselho, as conselheiras deverão proceder à eleição para os cargos de: Presidenta, Vice-Presidente, Secretária e suplente.

Capítulo V DAS COMPETÊNCIAS

DA PRESIDENTA

Art. 7º À Presidenta do Conselho compete dirigir, viabilizar e supervisionar suas atividades, cabendo-lhe especificamente:

- I - Representar o Conselho perante as autoridades municipais, estaduais, federais e internacionais.
- II - Representar o Conselho em eventos nacionais e internacionais.
- III - Presidir as reuniões do Conselho.
- IV - Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias.
- V - Zelar pelo bom funcionamento do Conselho e a plena execução de suas atribuições de deliberações.
- VI - Autorizar a apresentação de matérias nas reuniões.
- VII - Indicar dentre as integrantes a relatora da matéria.
- VIII - homologar os atos específicos relatados nas reuniões.
- IX - Propor ao Conselho relatório anual de atividades.
- X - Comunicar ao Sr.(a) Prefeito(a) as recomendações do Conselho e as providências necessárias.
- XI - Requisitar os recursos humanos e matérias necessários à execução dos trabalhos.
- XII - Exercer suas atividades de modo imparcial, protegendo os direitos da mulher, independente de partido político.

DA VICE PRESIDENTA

Art. 8º Compete a Vice Presidenta:

- I - Representar o Conselho mediante pedido da Sra. Presidenta, em seus impedimentos provisórios.
- II - Representar o Conselho em todas as suas funções citadas no art. 7º, em caso de impedimento definitivo da Presidenta, até o final do mandato.

DA SECRETÁRIA

Art. 9º Compete a Secretária:

I - Participar de todas as reuniões, elaborar atas, arquivar documentos e executar as ordens deliberadas pela Presidenta.

II - Substituir a Presidenta e Vice Presidenta, a pedido das mesmas, em seus impedimentos.

III - Ter sob sua guarda a responsabilidade de todos os livros.

IV - Colaborar na administração geral do Conselho.

V - Ler nas reuniões a ata e todas as correspondências solicitadas pela Presidenta do Conselho.

VI - Emitir, e receber todas as correspondências.

VII - Ter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio do Conselho.

VIII - Assinar com a Presidenta, os documentos e demais papéis relativos a movimento de valores.

IX - Ter sob sua guarda 01(um) livro caixa.

X - Apresentar o balanço anual e o inventário patrimonial, incluindo as doações, submetendo-as a apreciação e aprovação do Conselho.

DAS CONSELHEIRAS

Art. 10 Compete às Conselheiras, além das atribuições previstas:

I - Participar ativamente do Conselho, compondo as comissões de trabalho, conforme suas vocações.

II - Comunicar as faltas ou impedimentos com antecedência.

III - Votar nas reuniões.

IV - Apresentar questões novas a serem tratadas.

V - Verificar nos órgãos municipais, programas que podem ser desenvolvidos em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

VI - Avaliar os trabalhos desenvolvidos em conjunto.

VII - Substituir a Presidenta e Vice Presidenta, a pedido das mesmas, em seus

impedimentos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a elaboração e ou qualquer alteração referente ao Regime Interno, após aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12 As funções dos membros do Conselho deliberativo não serão remuneradas, sendo reconhecida como de interesse público e de relevante valor social.